

Por uma política para cuidar da vida e construir igualdade

As mulheres lutaram muito e tiveram uma conquista histórica: hoje, no Brasil, o cuidado é um direito! A Marcha Mundial das Mulheres é parte dessa luta. Para nós, o cuidado e a sustentabilidade da vida devem estar no centro da política e da economia.

Marcha Mundial das Mulheres, julho de 2026

Foto: Noelly Castro

Para começar, o que é o cuidado?

Nada funciona no mundo sem o trabalho doméstico e de cuidado que as mulheres fazem todos os dias. É a comida que alimenta quem vai trabalhar, é a roupa lavada, a organização e a faxina da casa, a criança levada à creche, a atenção e o carinho que damos para os nossos familiares e amizades, é o sogro idoso que precisa de remédio na hora certa e a vizinha que precisa de apoio para as tarefas do cotidiano.

O cuidado pode ser **direto**, quando é realizado na interação entre as pessoas: dar banho, dar colo, acompanhar. O cuidado também pode ser **indireto**, como cozinhar, lavar ou limpar. Esse trabalho doméstico é uma necessidade para que exista o cuidado. Ele é uma condição para a vida de todas as pessoas. Por isso, falamos de **trabalho doméstico e de cuidado**, sem separar ou hierarquizar os trabalhos.

Quem cuida?

A maioria das pessoas que fazem o trabalho doméstico e de cuidado são mulheres da classe trabalhadora, mulheres negras, e meninas de todas as idades. São as mulheres dentro das suas casas e nas comunidades. São as trabalhadoras domésticas, as babás, as cuidadoras de idosos, em casas e instituições.

A divisão sexual e racial do trabalho organiza a sociedade e a economia capitalista. Por isso, existe uma continuidade entre o trabalho não remunerado o trabalho mal remunerado. Para mudar isso, queremos que o trabalho doméstico e de cuidado seja central na agenda política. Queremos mudar as estruturas que organizam as relações sociais de opressão, exploração e dominação.

A socialização do cuidado é uma agenda feminista e antirracista da classe trabalhadora!

As mulheres dedicam mais que o dobro das horas que os homens no trabalho doméstico e de cuidados todos os dias. O motivo para que **42%** das mulheres negras não consigam procurar emprego é a responsabilidade com o trabalho doméstico e de cuidados. O número diminui para 31% quando consideramos o conjunto das mulheres — incluindo negras e não negras.

Quase 70% das trabalhadoras domésticas são mulheres negras, assim como a maioria das babás e das cuidadoras de pessoas idosas. A raça organiza quem entra em cada ocupação e define também a renda: as trabalhadoras domésticas ganham menos que a média das mulheres ocupadas, e as babás, em sua maioria jovens (quase 41% têm menos de 30 anos), estão entre as que menos recebem.

Quem paga por serviços domésticos é menos de 20% da população. Na imensa maioria das casas, o trabalho doméstico e de cuidado é feito sem contratar ninguém: é resolvido pelas mulheres dentro das famílias.



Foto: Noelly Castro

A Política Nacional de Cuidados no Brasil

Em 2024, o governo Lula criou a Política Nacional de Cuidado (Lei n° 15.069), que define o cuidado como direito de todas as pessoas. Para implementar essa política, foi decretado o Plano Nacional de Cuidados, também chamado de Plano Brasil que Cuida (decreto n°12.562/2025). O plano definiu públicos prioritários:

- as pessoas que precisam de cuidado para apoiar atividades básicas da vida: crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- as pessoas que cuidam de outras pessoas como seu trabalho: trabalhadoras domésticas e cuidadoras, cujo trabalho precisa ter todos os direitos garantidos
- as pessoas que cuidam de outras pessoas no seu cotidiano, sem remuneração: a maioria das mulheres brasileiras

Se o cuidado é um direito, é dever do Estado garantir que esse direito vire realidade.

Sem orçamento suficiente, o plano corre o risco de ser uma "colcha de retalhos", uma junção de ações que cada ministério já fazia, sem articular as ações das diferentes áreas do governo.

Cuidado no campo, nas águas e nas florestas

No campo e nos territórios das águas e das florestas, falar em política de cuidados esbarra na ausência de serviços básicos: falta transporte, falta posto de saúde, as escolas no campo estão sendo fechadas. Como conseguir, então, imaginar o cuidado como um direito? Mesmo serviços como creches nunca chegaram perto de ser uma realidade possível para muitas mulheres rurais. Sem a luta organizada das mulheres, as creches e a educação infantil não chegam ao campo.

A falta de eletrodomésticos como a máquina de lavar indica a desigualdade. Muitas mulheres ainda lavam roupa no tanquinho ou na mão. Enquanto no Sul **91%** das casas têm máquina de lavar, no Nordeste são apenas **42%**, e no campo são muito menos.

No campo, o cuidado com as pessoas e o cuidado com a natureza não se separam. Produzir alimento saudável, defender o território do agronegócio e da invasão de transnacionais (mineração, energia eólica ou solar, entre outras), produzir e guardar sementes crioulas, fazer agroecologia: tudo isso se faz junto com o trabalho doméstico e de cuidado. No semiárido, as mulheres reivindicam a "terceira água": além da água para beber e da água para produzir, reivindicam a água para o trabalho doméstico e de cuidado. A política do campo não pode copiar o modelo da cidade, deve respeitar os biomas e estar integrada à produção, aos modos de vida e à agroecologia.


Foto: Marilia Santana

O cuidado ao longo da vida

O cuidado é necessário ao longo de todo o ciclo de vida, mas é mais urgente e incontornável em algumas fases, como a infância e a velhice.

Cuidado de crianças: junto com a luta por democracia, foi por meio da luta das mulheres que a creche foi instituída na Constituição Federal de 1988 como direito da criança e da família. Mas entre definir que é direito e realmente praticar a universalização, ou seja, fazer com que todas as crianças do Brasil estejam na creche, tem um longo caminho que ainda estamos percorrendo.

No Brasil, a cobertura de creche é de menos de 40%. A desigualdade é uma marca do acesso da creche. Enquanto 60% das famílias do mais ricas frequentam creche, entre as famílias mais pobres são apenas 30,6%. No campo, a cobertura de creche alcança apenas 20,7% das crianças.

Mesmo onde há creche, as mulheres trabalhadoras enfrentam muitos desafios. Nas periferias das grandes cidades, o horário da creche é menor que a jornada de trabalho somada ao tempo do transporte. Esse tempo é coberto por arranjos informais: vizinhas cuidam das crianças em suas casas até as mães voltarem do trabalho, filhas e filhos mais velhos vão buscar, entre outros.

Além de educação e cuidado, as creches e escolas de educação infantil são fundamentais para garantir a segurança alimentar das crianças com alimentos saudáveis. A Política Nacional de Alimentação Escolar foi uma conquista dos movimentos do campo.

Cuidado de pessoas idosas: O Brasil passa por uma transição demográfica: a população vive muito mais anos, mas as condições são muito desiguais. O cuidado de pessoas idosas continua recaindo sobre a família e sobre as mulheres mais velhas: pessoas idosas cuidando de outras pessoas idosas, muitas vezes sustentando a casa com a aposentadoria ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC) de quem cuidam. Defendemos a criação e ampliação de políticas públicas e serviços que priorizem o cuidado de idosos, considerando suas diferentes necessidades, e que mantenham as pessoas idosas em círculos de convivência. Entre os serviços de cuidado de idosos estão os **centro-dia**, o atendimento domiciliar e as instituições de longa permanência (ILPI) para casos de maior dependência.

As políticas de cuidado que queremos

A política de cuidados pela qual lutamos mexe na organização do nosso tempo, reorganiza a responsabilização pelos cuidados e promove autonomia das mulheres. Queremos:

- **Universalizar o direito ao cuidado:** as políticas de cuidado devem ir além de projetos pilotos. Defendemos o investimento público em redes de serviços e equipamentos públicos de cuidado.
- **Socializar o cuidado:** o cuidado deve ser responsabilidade do Estado, dos homens e da sociedade, e não de cada mulher sozinha.
- **Liberar tempo para as mulheres:** para estudar, trabalhar, descansar, ter lazer, participar das decisões do território.
- **Desmercantilizar os cuidados:** o cuidado não pode ser garantido só para quem tem dinheiro para pagar por serviços. "Desmercantilizar" significa retirar da lógica do mercado, do dinheiro, da iniciativa privada.

Isso significa ter redes de serviços e equipamentos públicos:

- **Creches e escolas públicas em tempo integral**, com tempo para brincar, fortalecer a criatividade e com comida saudável, sem agrotóxicos.
- **Cuidotecas e brinquedotecas** que completem a jornada da creche em instituições de ensino como universidades e institutos federais. Para as mulheres que são mães, a permanência nos estudos depende de ter com quem deixar as crianças. Isso deve se expandir para os bairros e territórios, pois deve ser uma política para todas as mulheres, mesmo que não estejam estudando.
- **Lavanderias públicas coletivas e centros multiuso de cuidado**, tanto no campo como nos projetos habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida.
- **Restaurantes populares e cozinhas comunitárias** mantidos pelo poder público em parceria com organizações populares.
- **Centros-dia e atendimento domiciliar integrando politicas de saúde e assistência social (SUS e SUAS)** para pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- **Transporte que conecte os serviços**, porque de nada adianta a vaga integral se não há tempo nem pessoa para levar e buscar.

As politicas de cuidado contribuem para a autonomia econômica das mulheres!



Foto: Wigna Ribeiro

A **lavanderia de Mulunguzinho**, em Mossoró (RN), é um exemplo: é a primeira lavanderia agroecológica da América Latina, com energia solar, reúso da água para a produção, brinquedoteca, copa e espaço de reunião. Deve ser a primeira de muitas!

A disputa com o conservadorismo e a extrema-direita

Aextrema-direitatambémtemuma agenda política para o trabalho doméstico e cuidado: confinar as mulheres como únicas responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidado. Enquanto isso, onde governam, desmontam as possibilidades de políticas do Estado. Vendem os serviços públicos para empresas ou entidades religiosas. Nessa terceirização, o tra- balho das cuidadoras fica ainda mais precário. Para os setores conservadores que andam jun- to com a extrema-direita, a família deve suprir todas as necessidades e substituir o Estado, os direitos e a vida pública. É um projeto político de subordinação permanente das mulheres. Eles defendem um **modelo heteropatriarcal** de família que não é a realidade da maioria.

As mulheres são as únicas responsáveis por quase metade dos lares brasileiros. A família nuclear diminui, enquanto cresce a quantidade de pessoas que moram sozinhas (de 12% para quase 20%). Entre as mulheres que vivem sós, quase 60% têm 60 anos ou mais: são idosas, muitas vezes sem nenhuma rede de cuidado.

Além disso, entre as mulheres lésbicas e bissexuais, a violência e a falta de aceitação familiar em muitos casos as fazem encontrar cuidados nas comunidades e em outros círculos sociais, desafiando as normas da família nuclear e buscando construir relações e modos de vida mais livres. É para esse conjunto de realidades que a política precisa olhar.

Modelo heteropatriarcal é aquele que fortalece as desigualdades entre homens e mulheres e impõe a heterossexualidade como única forma de existir, se relacionar e viver a sexualidade.

A política de cuidado deve contribuir para enfrentar as desigualdades. Por isso, afirmamos: cuidado não é m erca doria!

A politica de cuidadoprecisa deorçamento

e investimento público. Muitas vezes, vemos circular uma ideia que pode parecer boa, mas é uma armadilha: o pagamento para as mulheres ficarem em casa e fazerem todo o trabalho doméstico e de cuidado. Ao contrário de socializar a responsabilidade pelo cuidado, esse tipo de proposta faz as mulheres permanecem confinadas no espaço privado, de forma precária.

Muitas mulheres que cuidam de familiares não têm renda nenhuma além do benefício da pes- soa que cuidam. Elas saíram do mercado de trabalho porque precisavam cuidar de alguém e encontram muita difículdade de retornar ao trabalho com direitos. Dizer não a essas propos- tas de remuneração não é desvalorizar quem cuida, nem deixar de lutar por salários melho- res e direitos das pessoas que tem trabalho doméstico e de cuidados como profissão. Defendemos que o cuidado seja um bem público, garantido pelo poder público. Por isso, dizemos não aos vales (também chamados de tickets, bônus ou vouchers). As necessidades de cuidado não podem se resolver passando às mulheres a tarefa de comprar serviços no mercado.

O mercado cria novas formas de precarização do trabalho doméstico e de cuidados: além das empresas terceirizadas e intermediadoras, agora cria as plataformas digitais de trabalho doméstico. Por outro lado, o cuidado comunitário já existe na maior par- te do território brasileiro. Além de resolver a ausência do Estado, a organização comunitária do cuidado também é uma estratégia de auto-organização popular das mulheres. O reconhecimento dessas práticas não pode virar disfarce para a terceirização de serviços. Lutamos pela ampliação de redes de serviços públicos, com organização e participação popular na gestão dos equipamentos. Os grupos de mulheres organizados nos territórios fortalecem e defendem os equipamentos públicos de cuidado orientados para sustentar a vida e construir igualdade. Conquistamos a política de cuidado. Agora nossa luta é para que ela seja implementada, sem retrocessos. Nós, mulheres, estamos organizadas para que o direito ao cuidado, incluindo os direitos de quem cuida, seja uma realidade para todas as mulheres.

A socialização dos cuidados transforma a economia!

Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres!

Quer se organizar com a gente?

Entre em contato!

marchamulheres@sof.org.br

marchamundialdasmulheres.org.br

@marchamulheres

/marchamundialdasmulheresbrasil

Este texto compõe os materiais do projeto contemplado pelo Fomento nº 954083/2023 do Ministério das Mulheres.

MINISTÉRIO DAS MULHERES